

Carta a Um Futuro Advogado.

Se pudesse escrever a um futuro advogado, não diria que o mercado está saturado ou que a profissão é penosa e nem sempre compensa, por não ser uma verdade.

O mercado de trabalho sempre terá profissionais capazes de defender o direito presente em um caso específico de modo que nunca ficará saturado, ainda mais se levarmos em consideração ser o país dotado de significativa má-distribuição de renda, que indubitavelmente culmina em problemas, tanto na esfera de direitos privada ou pública, que inafastavelmente desembocarão nos corredores do Poder Judiciário.

Tão pouco diria para que estudasse no fim de se tornar o melhor, e pudesse ser cobçado pelos clientes e empresas nacionais ou estrangeiras, porque é um engano.

Quanto mais se estuda, mais se tem a certeza de que se sabe muito pouco, o que se extrai da lição de Aristóteles que afirmava: “tudo o que sei é que nada sei”.

Ademais, o Brasil é dotado de uma gama legislativa quase infinita, e sempre mutável, de modo a ser uma exigência àquele que advoga exercer essa prática de estudar, se reciclar, mas sempre com a simplicidade dos sábios.

Convém aqui narrar uma pequena história que me foi de grande valia.

Certa vez, durante a graduação questionei meu professor de Direito Penal, (Miguel Batista de Siqueira, grande jurista e mestre), sobre a quantidade de dúvidas que tinha e pela dificuldade em compreender certos pontos da matéria.

Para minha surpresa, ele me felicitou e disse que era exatamente isso que esperava de seus alunos, dúvidas, culminando com uma frase que jamais esquecerei.

“O Direito é a ciência do bom senso. Dou aulas há 40 (quarenta) anos e não sei nada”.

Ora, a grandeza desta frase demonstra quão complexa é o estudo das ciências jurídicas, que se ocupa com a redação das normas, quando estas são naturalmente destinadas para o corpo social a que serão aplicadas, devendo ser por dedução, a exteriorização do bom senso.

Mas mesmo após 40 (quarenta) anos de magistério o querido professor e amigo reconheceu sua pequenez quando diante de conflitos existentes entre o bom senso e a norma.

Como poderia eu, um neófito nas letras jurídicas, compreender complexa ciência?

Esta história se equipara na devida proporção, à de Santo Agostinho, que querendo entender o mistério da Santíssima Trindade, ao andar na praia se depara, com uma criança que pegava água no mar em sua cabaça e colocava num buraco feito na areia. Quando indagado pelo futuro bispo de Hipona, o que pretendia, disse o infante

que queria transferir a água do mar para aquele buraco. Agostinho disse ser impossível tal tarefa porque a água se esvaia na areia da praia, quando então veio a resposta de que seria mais fácil colocar a água do mar naquele pequeno buraco do que Agostinho entender o mistério da Santíssima Trindade.

Não ensinaria a defender normas e a memorizar artigos, no propósito de que haja uma mudança do Brasil.

A mudança do país não passa pela mudança de leis, mas pela mudança de comportamento de seu povo, o que só ocorre única e exclusivamente através da educação.

Não só de uma educação formal, escolar, mas de uma educação no seio familiar, afinal como ensinar aos filhos que é errado jogar um papel no chão porque em havendo forte chuva aquele pequeno pedaço, em conjunto com outros será responsável por uma inundação, quando colegas, amigos, professores, e personagens que admira tem essa atitude?

Perceba que a mudança que tanto buscamos deve necessariamente passar por uma mudança não de valores, porque estes são estáticos, mas de valoração, o modo como cada um de nós valora determinada conduta é que deve ser revista.

Cite-se.

O fato de um determinado sujeito matar outro, sempre foi reprovável, até na Bíblia, Caim ao matar Abel é punido, contudo, quando mortes passam a ser irrelevantes nos noticiários que vemos no dia-a-dia, nos levam a uma desvalorização da vida, onde, infelizmente não serão passeatas, confecções de adesivos que modificarão a realidade que vivemos.

A bem da verdade muitos dos ensinamentos que recebi, e valorizei, não repassaria, ainda que válidos, por serem pequenos perto do significado e relevância que assume aquele que exerce a advocacia.

Diria sim, para que enxergasse o Direito como a aplicação do bom senso a uma situação de conflito que a sociedade apresenta.

Sociedade que possui variações à medida que o povo que a compõe é dotado de singularidades que a diferenciam regionalmente, temporalmente, e culturalmente e por isso deve ser vista, com os olhos de quem respeita as naturais diversidades dos povos que integram o globo.

Daí a crítica que muitos juristas, sociólogos, antropólogos, psicólogos, dentre outros cientistas sociais, quanto à prática de compilar regras que de fato funcionam em outros países, mas são destituídas de eficácia quando trazidas para o ordenamento jurídico nacional.

O povo é diferente, por melhor que seja a intenção do legislador, cairá na vala da não valorização a quem a norma é dirigida, enxergando situação absolutamente estranha à realidade brasileira.

Como podemos julgar conflitos ditos “religiosos” que ocorrem no oriente médio, se somos desprovidos de conhecimento histórico-político daquela região? Como julgar judeus e palestinos quando não conseguimos lidar com conflitos nas periferias de nossas cidades, onde cidadãos devem pedir autorização a chefes do tráfico para abrir ou não seu comércio, ou simplesmente poder sair de casa?

Todas essas indagações têm o único propósito de alertar para o fato de que não compete ao advogado se colocar na posição de julgador, porque se assim o fizer, estará impondo um dogma pessoal sobre uma realidade regional.

Óbvio que não se busca defender a anarquia e muito menos que o procurador seja um alienado, mas, que não julgue as partes da causa que patrocina, e que as enxergue num contexto maior, mais amplo.

E como conseguir essa visão ampla?

LEIA! Não só livros jurídicos, mas TUDO.

O mundo é maior do que o contido na Constituição Federal ou no Código Civil e só poderemos ter uma visão ampla, tomando conhecimento do que ocorre no planeta, acontecimentos estes que exigirão uma valorização jurídica que antes de ser dada pelo legislador, deverá passar pela sala de entrevistas do escritório do advogado.

Mais do que nunca o direito é uma ciência viva, pulsante e que exige daqueles que com ela lidam um olhar crítico, daí minha eterna ressalva a expressão “operadores do direito” vista em inúmeras obras, quando se faz necessária a presença de profissionais “críticos do direito”, que sabem visualizar uma ciência voltada para a sociedade e por isso é necessariamente metamórfica.

A jurisprudência não é feita pelos tribunais, mas pelos advogados, mormente os dotados da visão do bom senso, da justiça social e em prol desses conceitos lutam e levam aos tribunais situações por vezes complexas e que são resolvidas, surgindo precedentes e posicionamentos jurisprudenciais.

Em apertadíssima síntese diria a esse futuro colega de profissão, de forma absolutamente resumida, mas nem por isso desprovida de conteúdo que:

O DIREITO é essencialmente VIDA. Lute por ele como se fosse a sua VIDA, mas o respeite como se fosse a de um ente querido, assim agindo verá quão generoso essa “vida” será para com você e principalmente para toda a sociedade a quem serve.

Yuri de Oliveira Pinheiro Valente.